

HISTORIANDO O OBJETO GRAMATICAL: DIFICULDADES E DESAFIOS

Márcia Antónia Guedes MOLINA¹

(...) Não há civilização atual que seja verdadeiramente compreensível sem um conhecimento de itinerários já percorridos, de valores antigos, de experiências vividas.
(BRAUDEL, 1989, p. 53)

RESUMO: O objetivo deste trabalho é o de discorrer acerca das dificuldades e desafios com que se depara o estudioso que pretenda historiar o percurso das gramáticas no Brasil, embasadas em autores tanto da História quanto da História das Ideias Linguísticas (HIL) e da História Cultural. Iniciamos explicitando o que é, efetivamente, fazer HIL, na sequência, sublinhamos as dificuldades com que se depara o historiador da gramática, sobretudo porque deve analisar o objeto, buscando compreender as relações, imbricações realizadas pelo gramático no momento único de criação de sua obra. Finalizamos apontando a importância do trabalho, dado o fato de se deter sobre a construção do nosso pensamento linguístico.

PALAVRAS-CHAVE: Historiar. Gramáticas. Brasil.

HISTORING THE GRAMMATICAL OBJECT: DIFFICULTIES AND CHALLENGES

ABSTRACT: The aim of this work is to discuss the difficulties and challenges faced by the scholar who intends to trace the course of grammar in Brazil, based on authors of both History and History of Linguistic Ideas (HIL) and Cultural History. We begin by explaining what it is to actually make HIL, in the sequence, we underline the difficulties and with which the historian of grammar is faced, above all because he must analyze the object, seeking to understand the relations, imbrications carried out by the grammarian in the unique moment of creation of his work. We conclude by pointing out the importance of the work, given the fact of dwelling on the construction of our linguistic thought.

KEYWORDS: To Historize. Grammars. Brazil.

Introdução

Quando pensamos em estudar obras gramaticais, duas correntes (que, na realidade, para nós muito se assemelham) convivem: a Historiografia Linguística (HL) e a História das Ideias

¹ Doutora em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo; Pós-Doutora em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professora Adjunta da Universidade Federal do Maranhão. Endereço eletrônico: < maguemol@yahoo.com.br >.

Linguísticas (HIL). A primeira, de acordo com Swiggers (s/d) é o estudo interdisciplinar da evolução do conhecimento linguístico. Compreende a descrição e a explicação, abrangendo fatores internos e externos de como esse conhecimento surgiu e/ou foi implementado. Com relação à História das Ideias Linguísticas (HIL), Auroux (1989) afirma que é todo saber construído em torno de uma língua, num dado momento, como produto, quer de uma reflexão metalinguística, quer de uma atividade metalinguística não explicitada. Aponte-se, contudo, que ambas possuem o mesmo "cromossomo X" (o objeto gramatical) e ainda dizem respeito a um campo de pesquisa da História que busca compreender os fatos, no caso específico, relacionados à língua, sua expressão, preservação e as mudanças pelos quais passou, examinando-se o contexto em que surgiram. Exatamente por isso, tomamo-las aqui como irmãs (não gêmeas, irmãs: filhas do mesmo pai, com a mesma descendência), mas sublinharemos que é na segunda linha que militamos e, por isso, sobre ela discorreremos.

Para muitos estudiosos, a História das Ideias Linguísticas (HIL) é uma disciplina bastante próxima da História Intelectual e da História Cultural, indo além, militando também por um diálogo interdisciplinar, fazendo intersecção, muitas vezes com a Filosofia, Ciências Políticas, Linguística e Literatura.

Para Orlandi (2001, p.16):

Fazer história das ideias nos permite de um lado, trabalhar com a história do pensamento sobre a linguagem no Brasil, mesmo antes da Linguística se instalar em sua forma definida; de outro, podemos trabalhar a especificidade de um olhar interno à ciência da linguagem, tomando posição a partir de nosso compromisso, nossa posição de estudiosos especialistas em linguagem. (ORLANDI, 2001, p. 16).

Em relação à História, diz Foucault (1987, p. 8):

A história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifram rastros deixados pelos homens onde se tentavam reconhecer em profundidade o que tinha sido, uma série de elementos que devem ser

isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjunto. (FOUCAULT, 1987, p. 8).

Sublinhamos, com Certeaux (2002) que é por meio do campo teórico-metodológico que o profissional da história constrói e confere sentido a um determinado acontecimento ou artefato.

Por meio do olhar da HIL sobre o objeto gramatical, ficam efetivados não só aquele pensamento gramatical, como também as relações sócio-culturais que ensejaram a criação daquela obra. Assim, quando se depara com a gramática para ser lida e (re)"escrita", o historiador deve refletir sobre alguns fatores a fim de que possa adotar os melhores procedimentos para torná-la, efetivamente, "memória" (CERTEAUX, opus cit), ou seja, cogitar a respeito de quem foi aquele sujeito e por que ocorreu aquele fato ou, no caso específico das gramáticas, por que criou aquele artefato, em quem estava embasado em suas reflexões sobre a língua.

Isso quer dizer que, tomando por empréstimo as palavras de Chartier (1990), o estudioso da História das Ideias Linguísticas deve identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social foi construída, pensada e dada a ler (pp. 16, 17).

Exatamente, centrado nessas questões, o objetivo deste trabalho é apontar as características, dificuldades e desafios com que se depara o estudioso da História das Ideias Linguísticas em seu trabalho de historiar o percurso gramatical brasileiro, apoiado, principalmente, em Certeau (1982), Chartier (1992), Swiggers (s/d), Auroux (1989, 1992), Orlandi (2001), Fávero e Molina (2004) e Colombat, Fournier e Puech (2013).

1. O fazer histórico sob o objeto gramatical e suas dificuldades

Colomabt, Fournier e Puech (2013) apontam que, num nível bem simples, pode-se afirmar que o historiador explora textos e restaura ou repara esquecimentos, quer dizer, ao historiar uma obra gramatical, o estudioso está esforçando-se para compreender os significados contidos naquela gramática, avaliando aquele evento, pensando que seu autor foi influenciado por valores, posições e interpretações daquela instância enunciativa. Porém, antes mesmo do início dessas atividades, há barreiras que devem ser vencidas. Para o início de seus estudos, a primeira grande dificuldade com que se depara o pesquisador da HIL é a busca das fontes. Para

Fávero e Molina (2006), empreitada extremamente perigosa, em especial, porque o acesso ao material nem sempre é fácil e supõe visitas incessantes a "vetustas bibliotecas, arquivos", além de consulta a microfimes e manuscritos, nem sempre de fácil acesso e muitas vezes mal conservados.

Não raramente, durante a busca pelas fontes, escutamos de livreiros: essa obra? É velha demais, não a temos em nosso acervo, encaminhamos para reciclagem... Infelizmente, a falta de preservação do patrimônio histórico, de qualquer monta, ainda é um dos obstáculos a ser ultrapassado em nosso país.

Outra barreira a ser vencida é a manipulação da obra: gramáticas de séculos anteriores, em especial do século XIX e anteriores, mesmo quando bem conservadas, exigem do pesquisador um cuidado especial: o papel com que foram impressas fica quebradiço e, com muita frequência, rompe em nossas mãos. Já quando a obra não está em boas condições, o cuidado deve ser recobrado, para que não se percam folhas, visto que as mesmas se soltam (ou já vêm soltas) da encadernação.

Além desses obstáculos, devemos atentar para a ortografia. Até o início do século XX não havia uma sistematização na ortografia brasileira. Recordemo-nos de que, embora saibamos que desde 1899 a Questão Ortográfica vinha sendo pauta para reuniões na Academia Brasileira de Letras (ABL), somente em 1907, a referida Academia começa a simplificar a escrita nas suas publicações. Em Portugal, em 1904, o foneticista *Gonçalves Viana publica*, em Lisboa, sua importante obra sobre ortografia da Língua Portuguesa, a "Ortografia Nacional". Em 1910, com a Implantação da República em Portugal, foi nomeada uma Comissão para estabelecer uma ortografia simplificada e uniforme de modo a ser usada nas publicações oficiais e no ensino. A proposta de Gonçalves Viana vem a ser adotada pelo governo português como oficial em 1911. Contudo, politicamente, essa reforma foi um equívoco diplomático uma vez que não relevou a participação do Brasil, resultando em profícuas polêmicas. Em 1915, a Academia Brasileira de Letras resolve harmonizar a ortografia com a portuguesa, e em 1919 revoga a sua resolução de 1915. Tais manifestações levaram a que ela fosse alterada pelo novo Acordo Ortográfico, de 1931, entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras e tornado oficial pelo governo brasileiro através do Decreto n. 20108, de 15 de junho de 1931. Assim, até então, a mesma palavra, em obras diferentes, poderiam constar com ortografias diferentes. É o caso da

palavra morfologia. Encontramo-la grafada em obras do século XIX das seguintes formas: morfologia, morphologya, morfologia.

O mesmo cuidado deve ser tomado em relação ao significado de determinados termos. Conceitos há que tinham uma especificidade no século XIX e foram adquirindo outros no passar dos anos. Sabemos com Petri (1977) que a língua varia no tempo (variante diacrônica), espaço (variante diatópica), estrato social (variante diastrática), afora o estilo e / ou as escolhas do falante na instância de seu contato (variante diafásica). Assim, a título de ilustração, na *Revista Língua Portuguesa*, Pereira Junior (2012) apresenta uma relação de palavras cujos sentidos foram alterados através dos tempos. Cita um exemplo de 1955, em que o jornalista Fernando Levisky propôs a retirada de sinônimos considerados ofensivos em obras escolares. Palavras como judeu (avarento), negro (maldito), brasileira (cachaça), favela (morada de negros e malandros) foram excluídas do Dicionário Contemporâneo (1958), de Caldas Aulete. Anos depois, o então Presidente da República Jânio Quadros (julho de 1961) decretou que o *Dicionário Prático da Língua Portuguesa*, organizado por Francisco da Silveira Bueno, "expurgasse" todos os conceitos que não poderiam "ser levados em país cristão e democrático à mocidade", como judeu, judiação, negro, jesuíta e favela².

Dessa feita, na instância do estudo da documentação, há de se pontuar, com Fávero (1996, p. 16) "a intransponível distância espaço-temporal entre o cenário no qual viveram as personagens que produziram as obras e o contexto em que se produz o trabalho" historiográfico. O olhar hodierno sobre o instrumento do passado, pode interferir nas análises. Exatamente por isso, devemos cuidar da seleção e interpretação de dados. Lembramos com Certeau (opus cit) que se deve realizar o transporte do produto do campo cultural para o histórico, atentando, pesando, medindo distanciamentos, nunca prescindindo dos rastros "deixados por outros grupos humanos para construir-lhes suas histórias sob o risco de tornar sua obra irremediavelmente comprometida" (SILVA, 2007, p. 187).

² Blogs do Correio Brasiliense- correiobraziliense.com.br - acesso em 18/10/2016.

2. O fazer do historiador da gramática: desafios

Conforme Silva (opus cit), qualquer narrativa representa “o olhar de uma sociedade para seu passado, em um esforço de compreensão e construção de significado (p. 189), assim, o historiador, mesmo o da gramática, atuando com interprete daquela realidade, procede a escolhas, fazendo com que “juízos de valor se insinuem nos discurso que constata fatos” (HABERMAS, 1989, p. 44).

Além disso, devemos sublinhar a questão da subjetividade tanto do pesquisador quanto do produtor da obra. Todo o documento é lido e narrado por um sujeito, inserido num determinado contexto sócio-histórico. O historiador, anos à frente, deve olhar para aquele objeto como um médico observa seu paciente: com objetividade. Em outras palavras e, na esteira de Foucault (2004, p. 30), “os historiadores procuram, na medida do possível, apagar o que pode revelar, em seu saber, o lugar de onde eles olham, o momento em que eles estão, o partido que eles tomam – o incontrolável de sua paixão”.

Feito isso, o estudioso deve procurar responder a duas questões centrais: "o que aconteceu" e "por que aconteceu" (SHOTWELL, 1967), lembrando que os fatos históricos são uma "manifestação de vida" (idem) e que, por trás de cada um deles, houve uma necessidade, uma vontade.

Logo, quando estudamos, por exemplo, a gramática de Sotero dos Reis (1871), devemos considerar que ela foi regulada pelas práticas advindas de diversos interesses, gerados a partir do lugar social em que o autor se encontrava, além disso e por isso, pensar:

- quem foi o sujeito que construiu aquele artefato? quando nasceu, qual sua formação, por quais Instituições transitou?
- quais teorias gramaticais permeavam o imaginário coletivo dos estudiosos de gramática?
- qual a política educacional vigia na instância de produção da obra?
- a qual Instituição escolar estava ligado o estudioso?

Verificaremos que, no caso específico desse autor, Sotero dos Reis, nasceu ele no Maranhão, São Luís, em 1800, onde veio a falecer em 1871. Nessa ocasião, esta região do país

constituía-se num núcleo cultural bastante relevante, tendo vindo a ser chamada de "Atenas Brasileira".

Some-se a isso, o fato de ter nascido, estudado e desenvolvido sua obra na primeira metade no século XIX, à luz da herança humanística. Deve-se frisar que exerceu o magistério no Liceu Maranhense e no Instituto de Humanidades, instituição formadora da elite maranhense, mas que não havia até então uma política educacional efetivamente regulamentada; e, finalmente, destacar que, quando produziu sua obra, as gramáticas de inspiração filosófica pontificavam (FÁVERO E MOLINA, 2006), tendo recebido essa formação. Assim, em sua *Grammática Portuguesa* (1871), podem-se ver definições adotadas de Arnauld e Lancelot (1756), como a do verbo. Diz o maranhense: "Verbo é a palavra que serve para afirmar a existência da qualidade da substância pessoa ou coisa, e por conseguinte, o nexos ou cópula, que une o atributo ao sujeito da proposição, frase, sentença, ou enunciado de juízo" (p. 38).

Relembremos aqui que para os autores de *Grammaire de Port-Royal*, o verbo tem a função primordial de fazer uma afirmação.

Como contraponto, pensemos em Júlio Ribeiro (1881). Esse autor, nasceu em Sabará, em 1845, em Minas Gerais, e foi para o Rio de Janeiro, depois para Campinas e São Paulo. Nessas cidades fervilhavam ideias liberais. Foi positivista e autor de uma das obras mais importantes do Naturalismo brasileiro, "A Carne". Viveu, trabalhou e produziu sua obra no segundo quartel do século XIX, no momento do despertar das ciências, tendo, portanto, recebido influência da gramática científicista e da histórico-comparativa. Recordemo-nos com Fávero e Molina (opus. cit) que, no século XIX, pelo menos duas vertentes gramaticais podem ser claramente observadas: uma de inspiração nas gramáticas filosóficas – como a obra de Sotero de Reis – e outra, nas últimas décadas do século, nas chamadas gramáticas científicas, como a de Júlio Ribeiro.

Afora isso, esse autor estudou na Escola Militar do Rio de Janeiro, no Colégio Culto à Ciência, fundado em 1873, cujos membros pertenciam à Loja Maçônica Independência, composta por fazendeiros e intelectuais da cidade, tornando-se esse Colégio um centro de discussões positivistas e naturalistas. Júlio Ribeiro, sendo parte dessa elite, assevera em sua obra:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos, estão sujeitas à grande lei da luta pela existência, à lei

da seleção. E é para notar-se que a evolução linguística se efetua muito mais prontamente do que a evolução das espécies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil anos, ao passo que muitas espécies parece terem-se perpetuado por milhares de séculos (p. 153).

Dessa feita, como se pode perceber, o olhar do pesquisador da História das Ideias Linguísticas deve caminhar para além do documento (a gramática) para todo o entorno para melhor compreender as relações internas lá contidas.

Por isso, não se pode deixar de pensar que há um horizonte de retrospectão que deve ser considerado: a memória, os resultados, os problemas, os conceitos formulados e o desenvolvimento mesmo de uma reflexão. Em quais autores o escritor está embasado, quais as correntes perpassam pelo seu fazer? O gramático, ao constituir sua obra, ancora-se em conceitos já formulados, em teorias já postuladas, para aceitá-los ou não.

A título de exemplo, tomemos agora a “*Gramática Expositiva* (Curso Superior)”, de Eduardo Carlos Pereira (1907). No prefácio da primeira edição, assevera:

Em primeiro lugar, procuramos o resultante de duas correntes: da corrente moderna, que dá ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupa com o elemento lógico na expressão do pensamento. Há verdade nas duas correntes: o erro está no exclusivismo de uma e de outra, ou melhor, na confusão de ambas. (PEREIRA, Prólogo da 1ª edição, 1907).

O autor produziu sua obra quando os postulados da gramática Histórico-Comparativa já estavam bem difundidos pelo meio intelectual, contudo, foi ele educado à luz dos pressupostos da gramática filosófica. Assim, imbuído dos dois saberes, deixa claro no Prólogo que se valerá de ambas as correntes.

Saber em quem o autor daquela obra está ancorando seu saber é de extrema relevância a quem deseja historiar nosso passado gramatical.

Vale pontuar também que, entendendo que o saber linguístico não é cíclico, mas cumulativo, podemos compreender a seguinte afirmação de Eduardo Carlos Pereira, no mesmo Prólogo:

(...) ninguém contesta, certamente, que os fatos atuais da língua têm sua explicação racional nos antecedentes históricos da mesma língua. É na fonologia, na morfologia ou sintaxe históricas que encontramos a razão de ser das regras atuais da gramática expositiva sobre a pronúncia, sobre a forma dos vocábulos, ou sobre os processos sintáticos. Daí não se segue, porém, que o estudo da gramática histórica deva anteceder ou mesmo acompanhar o estudo da gramática expositiva. É esta, entretanto, a lamentável confusão que tem grandemente prejudicado, nestes últimos tempos, o ensino da língua nacional. Basta, para satisfazer as exigências nacionais do ensino expositivo, seguir-se a opinião criteriosa de Brachet, isto é, basta ministrar a dosagem histórica ao alcance do aluno, suficiente para a clara inteligência dos fenômenos atuais, sem que seja necessário baralhar o estudo da gramática histórica com o estudo da gramática expositiva. (PEREIRA, Prólogo da 1ª edição, 1907).

Assim, compreender o ontem para melhor assimilar o hoje é também muito relevante no e para o conhecimento linguístico.

Afora isso, vale lembrar que esta gramática surgiu no período de pós República, momento de muitas transformações aqui no Brasil, instância em que despontava uma sociedade norteadada por ideais positivistas, confiante no progresso advindo com o modelo republicano e, sobretudo, ciente do poder da Educação, muito reavaliado e discutido naquele momento. Surgiam inúmeros estabelecimentos educacionais e buscavam-se por programas de ensino que, de fato, atendessem à realidade daquela população composta por uma grande massa de iletrados³, para tanto, muitas discussões eram feitas em relação ao papel da Escola. Nesse sentido, discute Veríssimo (1906, p. XX): "Em nossa instrução pública, hoje como ontem, a coisa que mais carecemos é de verdade. Precisamos acabar de uma vez com a espetaculosidade de regulamentos, programas, instituições e organizações que ficam na prática sem nenhuma realidade". Exatamente por isso, Pereira, no referido Prólogo, esclarece que elabora sua obra atendendo ao "atual Programa de Ensino".

³ Dados apontam que mais de 80% da população eram analfabetos.

Na sequência, assevera que, para a elaboração de seu trabalho, se amparara em mestres de reconhecida competência, citando Diez, Darmesteter, Ayer, Mason, Bain, Bello, Zambaldi, além de gramáticos nacionais e portugueses, antigos e modernos. Cavaliere (2000, p. 76) esclarece que, o grande número de citações a autores portugueses e brasileiros devia-se sobretudo, a uma deferência diplomática que soia conferir "a quem estudava – e estudava bem (...) a língua portuguesa". Nosso autor finaliza esse prólogo, esclarecendo que enriquecera seu trabalho, atendendo à sugestão do programa oficial de português, com dezenas de provérbios, máximas e ditos sentenciosos tanto para aclarar e fixar regras, quanto para aguçar o intelecto e formar o caráter (p. II). Recordemo-nos novamente de que a República acabara de ser proclamada, fazendo pairar no imaginário brasileiro um forte ufanismo difundido por campanhas de idolatria à pátria, de escolarização e de prestação de serviço militar. Esses três pontos: amor e serviço ao país, necessidade de escolarização e obediência à pátria constituíam o discurso da classe dominante, que deveria ser difundido pela escola. Também é representativa desse dado, a citação de Bilac e Bonfim na "Advertência e Explicação" do seu *Através do Brasil*:

(...) o nosso livro de leitura oferece bastantes motivos, ensejos, oportunidades, conveniências e assuntos, para que o professor possa dar todas as lições, sugerir todas as noções e desenvolver todos os exercícios escolares, para boa instrução intelectual de seus alunos do curso médio, de acordo com os programas atuais e com quaisquer outros que se organizem com a moderna orientação da Pedagogia. (BILAC; BOMFIM, 1923, pp. V-XII).

Todas essas ponderações advêm do fato de Eduardo Carlos Pereira ser professor e pastor presbiteriano, preocupado com a formação do aluno, tanto no que se referia à Língua Portuguesa, quanto no que dizia respeito à sua formação, pois a inserção desse conteúdo mostra como se representava e por meio dele era representado.

Diante do exposto, vemos que o pesquisador deve refletir, seguindo Elias (2001, pp. 30, 31): “aquilo sobre o que escrevemos, o objeto de pesquisa, não é nem verdadeiro nem falso; apenas o que se escreve a respeito dele, o resultado da pesquisa pode ser , verdadeiro ou falso”.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi o de descrever o papel do estudioso da História das Ideias Linguísticas, formulando suas dificuldades e desafios. Vimos que há algumas barreiras a serem ultrapassadas, quando nossa preocupação é visitar o passado, olhá-lo com atenção, buscando as relações contidas naquele documento. Assim, o que se pretende, na verdade, é localizar os sinais por meio dos quais uma sociedade se pensa, se exprime e se historiciza (BÉDARIDA, 1998, p. 151).

E é Hours (1979, p. 90) quem esclarece a dimensão do trabalho do pesquisador histórico:

Querendo conhecer o passado e não podendo trazê-lo para a vida, deseja pelo menos ter uma representação dele e quer que ela seja o mais próxima possível da inacessível realidade. Essa representação é um conjunto. Nela vêm tomar lugar e compõem-se, pouco a pouco, os múltiplos pormenores que lhe trazem as suas fontes. E é incompleta, evidentemente, porque, dos inúmeros acontecimentos que num dado momento foram a vida da humanidade, só uma parte ínfima chega até nós nos documentos de que dispomos e, todavia, essa parte ínfima excede muitas vezes a possibilidade que o historiador teria de os conhecer. Ela não pode reproduzir na sua complexidade a realidade de outrora. Um jornal diário não consegue, senão com grande esforço, dar-nos uma pálida idéia da realidade atual e a coleção dos nossos jornais não seria em nenhum grau essa representação que o historiador procura. (HOURS, 1979, P. 90).

A História das Ideias Linguísticas é incapaz, portanto, de dar-nos uma explicação de todo nosso passado gramatical, pois ele não é acessível, mas oferecer-nos partes deste todo, pelos quais conseguimos hipotetizar o todo.

De acordo com Reis (1996, p. 89) a história busca favorecer um diálogo entre os homens do passado e os do presente e esta seria a incalculável utilidade do conhecimento histórico. “Este diálogo entre presente e passado aumenta, no presente, o número de participantes no debate e das capacidades inventivas, pela introdução dos homens e das criações passadas”. Portanto, “a História impede que o atual seja vivido solitária e silenciosamente em estado de amnésia” (opus cit, p. 89).

Referências

- ARNAULD, A. & LANCELOT. *Gramática de Port-Royal*. 1. ed. Trad Bruno F. Basseto. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- AUROUX, S. *Histoire des Idées Linguistiques*. Tomo 1. Paris: Pierre Mardaga Editeur, 1989.
- AYRES, J R de C. M. *Necessidade, objetividade e o paradoxo metafísico do conhecimento científico*. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 1995. Disponível em: <[http : / / www.scielo.br / scielo.php ? script =sci_arttext&pid=S0104-59701995000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 21 Jun 2007.
- BÉRIDA, F. *As Responsabilidades do Historiador Expert*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.
- BILAC, O. e BONFIM, M. *Através do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1923.
- BLOCH, M. *Apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BOUTRY, P. *Certezas e Descaminhos da Razão Histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.
- BRAUDEL, F. *A Identidade da França: o Espaço e a História*. v. 1. São Paulo: Globo, 1989.
- CAVALIERE, R. *Fonologia e Morfologia: Gramática Científica Brasileira*. Rio de Janeiro: EDUFF, 2000.
- CHARTIER, R. *A História Cultural: entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- CERTEAU, M. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COLOMBAT, B., FOURNIER, J. M, PUECH, C. *Histoire des idées sur le langage et les langues*. Paris: Klincksieck, 2013.
- DRAY, W H. *Filosofia da História*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- ELIAS, N. *A sociedade de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- ENGEL, P. *Pode a Filosofia escapar da História*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Recompuestos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.
- FÁVERO, L. L. & MOLINA, M. A. G. *As concepções linguísticas no século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. São Paulo: Vozes, 1987.

- FURET, F. *A Oficina da História*. v. 1. Lisboa: Gradiva, s.d.
- HABERMAS, J. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 1989.
- HARTOG, François. *A Arte da Narrativa Histórica*. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Orgs.). *Passados Reconstituídos*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Editora FGV, 1998.
- HOURS, J. *O Valor da História*. Coimbra, Portugal: Livraria Almedina, 1979.
- LOWITH, K. *O Sentido da História*. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1991.
- MARTÍNEZ, H. J. *Subjetividade e Silêncio no Tractatus de Wittgenstein*. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001.
- MOLINA, M. A. G. *Um estudo descritivo-analítico da "Gramática Expositiva (Curso Superior), de Eduardo Carlos Pereira*. Tese de Doutorado. FFLCH, Universidade de São Paulo, 2004.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PETRI, D. *Sociolinguística: os níveis da fala*. 9. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PEREIRA JUNIOR, L. C. *Temporada de caça ao dicionário*. In: *Revista Língua Portuguesa*. São Paulo: Segmento. Abril. v. 7; n. 78, 2012.
- PEREIRA, E. C. *Gramática Expositiva*. 1. ed. São Paulo: Lammaert, 1907.
- REIS, J. C. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. São Paulo: Ática, 1996.
- RIBEIRO, J. *Grammatica Portuguesa*. 13. ed. São Paulo: N. Falcone & Comp., 1913 [1881].
- SHOTWELL, J. T. *A Interpretação da História e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- SILVA, S. M. de M. *Os historióadores e os 'fazedores de história': lugares e fazeres na produção da memória e do conhecimento histórico contemporâneo a partir da influência mediática*. In *OPSI*. v. 7, n. 9, 2007.
- SOTERO DOS REIS, F. *Gramática Portuguesa*. Maranhão: Typ. De R. Almeida e editores, 1871.
- SWIGGERS, P. *History and Historiography of Linguistics: Status, Standards and Standing*. Disponível em <https://lirias.kuleuven.be/bitstream/123456789/297571/1/ENGEutomia.pdf>. Acesso em 10. out. 2016.
- VERÍSSIMO, J. A. *Educação nacional*. 2. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1906.
- VEYNE, Paul Marie. *Como se Escreve a História*. Brasília, DF: Editora da UNB, 1995.

Revista Metalinguagens, v.5, n.2, p. 100-113. Márcia Antónia Guedes MOLINA.

VIANA, G. *Ortografia Nacional*. Lisboa: Academia Portuguesa de Letras, 1904.

Envio: Maio de 2019

Aceito: Junho de 2019